

**Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. - CNPJ nº 23.419.923/0001-98**  
**Demonstrações Financeiras - Para o Exercício Findo em 31.12.2016 e para o Período de 6 de Maio (Data de Constituição) a 31.12.2015** (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Temos a satisfação de submeter a apreciação de V.S.as, as Demonstrações financeiras da Circuito de Compras São Paulo SPE S.A., elaborados na forma da legislação societária, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015**

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2016	31.12.2015
<b>Circulante</b>		<b>120.586</b>	<b>80.103</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	106.138	79.464
Contas a receber	4	11.382	-
Impostos a recuperar	5	2.412	-
Despesas antecipadas	6	624	639
Outros ativos		30	-
<b>Não Circulante</b>		<b>153.294</b>	<b>127.823</b>
Partes relacionadas	7	3.484	-
Depósitos judiciais		268	-
Despesas antecipadas	6	-	585
Intangível	8	149.049	127.126
Imobilizado		493	112
<b>Total do Ativo</b>		<b>273.880</b>	<b>207.926</b>

As passivas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Passivo e Patrimônio Líquido**

Passivo E Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31.12.2016	31.12.2015
<b>Circulante</b>		<b>11.973</b>	<b>5.744</b>
Fornecedores		470	226
Impostos a recolher	9	6.840	929
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		156	4
Contas a pagar da concessão	10	4.399	4.521
Dividendos propostos	13.3	74	64
Outras contas a pagar		34	-
<b>Não Circulante</b>		<b>171.399</b>	<b>111.976</b>
Adiantamento de clientes	11	49.533	-
Contas a pagar da concessão	10	121.866	111.976
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>90.508</b>	<b>90.206</b>
Capital social	13.1	90.000	90.000
Reservas de lucros	13.4	508	206
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>273.880</b>	<b>207.926</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Informações Gerais:** A Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de maio de 2015, e tem como objeto social: (i) a exploração de shoppings centers, de hotéis, de prédios comerciais ou industriais próprios ou de terceiros; (ii) o planejamento econômico e financeiro, o desenvolvimento, a comercialização, o gerenciamento e a implantação de shoppings centers, de edifícios comerciais e/ou industriais; (iii) a exploração de estabelecimentos; (iv) a prestação de serviços de consultoria e assessoria, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, em relação a shoppings centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (v) a assistência técnica para implantação, organização e funcionamento de empresas industriais, comerciais e/ou de outras naturezas; e (vi) a aquisição, a venda e a locação de imóveis para exploração comercial. A sede da Sociedade está localizada na Rua da Alfândega, 200, sala 218, Brás, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. O capital da Sociedade é de R\$90.000, e seu controlador é a Talismã Fundo de Investimento em Participações. A Sociedade foi a vencedora do Edital de Concorrência nº 01 - B/SDTE/2014, que deu origem ao Contrato de Concessão 013/2015, assinado em 4 de dezembro de 2015. O contrato prevê a implantação, a operação, a manutenção e o funcionamento econômico do Circuito de Compras do Município de São Paulo pelo prazo de trinta e cinco anos. O início da operação ocorreu em 1º de março de 2016. O contrato prevê o pagamento financeiro ao direito de outorga no montante de R\$50.500 a ser pago em cinco parcelas anuais e sucessivas a partir do 37º mês do início da concessão, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, assim como uma parcela de compensação anual correspondente a 5% da receita bruta, ou um valor mínimo de R\$3.955, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA da data da assinatura do contrato. A Sociedade deverá concluir até o final do quarto ano de vigência do contrato as obras do Centro Popular de Compras, Estacionamento e Terminal de Ônibus, Estacionamento de Automóveis, Centros de Apoio, Sistema de Transporte de Passageiros, Sistema Logístico de Compras e Áreas de Descanso. As demais obrigações decorrentes da implantação do hotel e salas comerciais deverão ser concluídas até o final do oitavo ano.

**2. Resumo das Principais Práticas Contábeis 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação no Brasil. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras. **2.2. Bases de apresentação:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas somente no exercício em que a estimativa é revisada, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraexposições pagas em troca de ativos. **2.3. Ativos financeiros:** São classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes em conta-corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em debêntures compromissadas bancárias. As aplicações financeiras foram registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado. **2.5. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. **2.6. Intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento de ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do contrato de concessão limitado ao seu prazo. **2.7. Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgado pela Sociedade:** **2.7.1. Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros ao valor justo no resultado ou outros passivos financeiros. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao valor justo no resultado são reconhecidos ao valor justo diretamente no resultado do exercício no qual se originaram. O ganho ou a perda líquida reconhecida no resultado incluem eventuais juros pagos ao passivo financeiro. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando-se o método de juros efetivos. **2.8. Provisões:** São reconhecidas quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que tenha de liquidar a obrigação e é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Sociedade que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração autossuficientemente específica, indique a outras partes que a Sociedade aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da pensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.9. Outros ativos (circulantes e não circulantes):** Demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços. **2.10. Outros passivos (circulantes e não circulantes):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras em relação ao principal em aberto e pela taxa efetiva de juros aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo. **2.12. Imposto de renda e contribuição social:** A Sociedade vem adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. Em cada trimestre, para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, aplica-se sobre a receita bruta o coeficiente fixado pela legislação vigente de 32%. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 a 6%. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **2.13. Contrato de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contrato de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou outro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Sociedade seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente por um ativo financeiro e por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. **2.14. Representação das demonstrações financeiras:** A Administração reconhece a forma retrospectiva do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 23 - Durantes Contábeis, Mudanças de Estrutura e Retificação de Erro. A Administração da Sociedade, durante o processo de revisão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, identificou um erro no cálculo a valor presente da contabilização inicial da outorga de concessão. Assim, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 foi ajustado para refletir a correção do erro. Os ajustes não produziram efeitos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015. Os ajustes estão apresentados abaixo.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31.12.2016	31.12.2015
Bancos	92	29
Certificado de Depósito Bancário - CDB (*)	106.046	79.435
<b>Total</b>	<b>106.138</b>	<b>79.464</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras são de liquidez imediata, remuneradas pela taxa média ponderada de 98,75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**4. Contas a receber**

	31.12.2016	31.12.2015
Contas a receber	11.981	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(599)	-
<b>Total</b>	<b>11.382</b>	<b>-</b>

A composição das contas a receber por vencimento está descrita a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
A vencer	25	-
Vencidas: Até 30 dias	1.664	-
De 31 a 60 dias	1.699	-
De 61 a 90 dias	1.618	-
De 91 a 180 dias	4.158	-
Acima de 180 dias	2.817	-
<b>Total</b>	<b>11.981</b>	<b>-</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-
Adições	(599)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(599)	-

Embora quase que a totalidade do saldo do contrato a receber esteja vencido em 31 de dezembro de 2016, a Administração estima que aproximadamente 95% do valores em aberto serão recebidos até o fim do 1º semestre de 2017 devido ao processo de transferência (realocação) dos comerciantes, da atual feira da madrugada para a nova área denominada feira provisória, que requer que apenas os comerciantes adimplentes possam ser realocados para o novo empreendimento comercial. A referida condição está definida no contrato de concessão e no entendimento da Administração ir à obrigar os comerciantes inadimplentes a regularizar os pagamentos em atraso. Adicionalmente, a Administração da Sociedade está tomando as seguintes ações para cobrar os comerciantes inadimplentes: procedimentos administrativos, processos judiciais, além de contratação de empresa especializada em cobrança.

**5. Impostos a Recuperar**

	31.12.2016	31.12.2015
IR sobre aplicação financeira	2.410	-
Outros	2	-
<b>Total</b>	<b>2.412</b>	<b>-</b>

**6. Despesas Antecipadas**

	31.12.2016	31.12.2015
Prêmios de seguros (*)	624	1.224
Circulante	624	639
Não circulante	-	585
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>1.224</b>

(\*) Referem-se à aquisição de seguro-fiança, como garantia das obrigações contratuais do Contrato de Concessão.

**7. Partes Relacionadas**

	31.12.2016	31.12.2015
Associação do Condomínio da Nova Feira da Madrugada	3.484	-
Referê-se a mútuo, sem acréscimo de juros e com atualização do saldo pelo IGP.M.	-	-

**8. Intangível**

	31.12.2016	31.12.2015
Marca e patentes	3	-
Software	20	772
Intangível em andamento (a)	2.86	32.199
Outorga de concessão (b)	2.86	116.075
<b>Total</b>	<b>149.049</b>	<b>127.126</b>

(a) Refere-se ao estudo de viabilidade do projeto do Circuito de Compras do Município de São Paulo, que, conforme Edital, seria de responsabilidade da empresa vencedora do processo de licitação. (b) Refere-se ao direito de exploração do Circuito de Compras do Município de São Paulo. É constituído pelo valor justo da contraprestação conforme contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (nota explicativa nº 10). A amortização será até o final do contrato de concessão. A seguir a movimentação do saldo da rubrica "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	127.126	127.126
Adição	22.655	-
Amortização	(732)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	149.049	127.126

**9. Impostos a Recolher**

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social	6.672	271
PI e COFINS a recolher	52	-
Tributos retidos de terceiros	111	658
Outros	5	-
<b>Total</b>	<b>6.840</b>	<b>929</b>

**10. Contas a Pagar da Concessão:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração do Circuito de Compras do Município de São Paulo calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos ao valor presente pela taxa de 6%. A outorga será paga em cinco parcelas anuais, atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, vencendo-se a primeira em 20 de janeiro de 2019. A parcela de concessão será recolhida anualmente pelo valor mínimo de R\$3.955, também corrigida pelo IPCA.

	31.12.2016	31.12.2015
Direito de outorga	126.285	116.497
Circulante	4.399	4.521
Não circulante	121.886	111.976

O valor justo total das obrigações foram registrados em contrapartida do intangível (nota explicativa nº 8). **11. Adiantamento de Clientes:** O saldo de adiantamento de clientes refere-se a cessão de direitos de uso de lojas do futuro shopping "Centro Popular de Compras". Em 31 de dezembro de 2016 o saldo recebido era de R\$49.533. **12. Provisão para Riscos:** No curso normal dos negócios, a Sociedade é parte em processos civis perante diferentes tribunais, movidos e reconhecidos na data do balanço, para os quais a Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas em montantes considerados suficientes para cobrir futuros desembolsos de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Sociedade é parte em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível por seus assessores jurídicos, no montante aproximado de R\$274, para os quais nenhuma provisão para riscos foi constituída. **13. Patrimônio Líquido: 13.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social está representado por 90.000.000 de ações com o valor unitário de R\$1,00, totalmente integralizadas, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	31.12.2016 e 2015
Ações	90.000.000
Participação no capital - %	100

**13.2. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, a reserva legal era no montante de R\$16. **13.3. Dividendos propostos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das S/A's. Os dividendos propostos são de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A distribuição dos lucros auferidos em 2016 é como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	312	270
Reserva legal sobre o lucro - 5%	(16)	(12)
Base de cálculo dos dividendos	296	258
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(74)	(64)
Reserva de retenção de lucros	(222)	-

A Administração irá propor na Assembleia Geral Ordinária - AGO a retenção do lucro do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos. Durante o exercício de 2016, houve a renúncia dos dividendos obrigatórios de 2015 no montante de R\$84. **13.4. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão, modernização e manutenção do Circuito das Compras. **13.5. Lucro por ação:** Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação. A Sociedade não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas. Portanto, não há efeitos diluidores sobre o lucro básico por ação demonstrado a seguir.

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício/ período	312	270
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	90.000.000	9.250.084
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,003	0,029

**14. Receita de Aluguel**

	31.12.2016	31.12.2015
Receita de aluguel	29.419	-
Impostos sobre a receita	(1.052)	-
<b>Total</b>	<b>28.367</b>	<b>-</b>

**15. Custo da Receita de Aluguel**

	31.12.2016	31.12.2015
Custo com manutenção e conservação	(4.225)	-
Custo com segurança e vigilância	(2.195)	-
Custo com condomínio	(1.968)	-
Custo com amortização da outorga	(664)	-
Custo com limpeza	(702)	-
Outros custos	(306)	-
<b>Total</b>	<b>(10.955)</b>	<b>-</b>

**16. Despesas Gerais e Administrativas**

	31.12.2016	31.12.2015
Serviços de terceiros	(81)	-
Seguros	(698)	-
Assessoria jurídica	(2.114)	-
Contabilidade	(329)	-
Propaganda e publicidade	(460)	-
Assessoria de TI	(190)	-
Pessoal	(2.343)	-
Taxas e emolumentos	(75)	-
Depreciação e amortização	(258)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(599)	-
Outras	(355)	-
<b>Total</b>	<b>(8.599)</b>	<b>(277)</b>

**17. Resultado Financeiro**

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	13.723	818
Outras	97	-
<b>Total</b>	<b>13.820</b>	<b>818</b>

**18. Despesas Financeiras:**

	31.12.2016	31.12.2015
Atualização e variação monetária	(14.329)	-
Tarifas bancárias	(177)	-
Descontos concedidos	(146)	-
Outras	(645)	-
<b>Total</b>	<b>(15.297)</b>	<b>-</b>

**Parcerias do Conselho Fiscal**

termos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores. Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, emitido no dia 27 de abril de 2017, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2016 e de distribuição

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras** da nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

**Demonstrações do Resultado**

	Nota explicativa	31.12.2016	31.12.2015
<b>Receita de Aluguel</b>	<b>14</b>	<b>28.36</b>	